



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO SÃO JOSÉ DESPORTIVO

CNPJ: 14.380.152/0001-71

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.054	6.072	Fornecedores	8	300	516
Clientes nacionais	-	73	8	Obrigações tributárias	-	122	120
Cartão Pre-Pago	-	3	7	Obrigações trabalhistas	9	1.750	1.899
Adiantamentos	6	77	244	Contas a pagar	-	1	15
Outras contas a receber	-	-	13	Recursos em consignação	10	741	1.456
		5.207	6.344			2.914	4.006
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	-	80	80	Contingências trabalhistas	11	80	80
Imobilizado e intangível	7	115	72			80	80
		195	152				
				Patrimônio social	12		
				Reserva de Contingências		2.296	2.306
				Superávit (déficit) acumulado		112	104
						2.408	2.410
Total do ativo		5.402	6.496	Total do passivo e Patrimônio Social		5.402	6.496

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Recargas	13	25.824	24.961
Subvenções PMSJC		750	2.299
Outros Recursos PMSJC		6.080	2.973
Captação de recursos - Lei de incentivo fiscal		105	64
Projeto CBC - Comitê Brasileiro de Clubes		(10)	(8)
Projeto Federal São José Basketball		1.560	820
Recursos próprios		649	598
Receitas financeiras		(5)	3
Outras Receitas			
(=) Superávit bruto		34.953	31.710
Custos com atividades esportivas	14	(8.244)	(6.067)
Despesas com mão de obra	15	(18.431)	(18.604)
Despesas operacionais	-	(7.799)	(6.480)
Despesas com serviços especializados	16	(420)	(443)
Outras receitas/(despesas)	-	(41)	(55)
Despesas financeiras	-	(10)	(7)
(=) Superávit do exercício		8	54

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	8	54
	8	54

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de contingência	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.306	50	2.356
Superávit do exercício	-	54	54
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.306	104	2.410
Superávit do exercício	(10)	8	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.296	112	2.408

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	8	50
Depreciação, amortização e impairment	17	10
Superávit ajustado	25	60
(Aumento)/redução em Ativos		
(Aumento)/redução em subvenções a receber	-	(1)
(Aumento)/redução em adiantamentos	167	(37)
(Aumento)/redução em outros ativos	(48)	53
Aumento/(redução) em passivos		
Aumento/(redução) em fornecedores	(216)	(26)
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas/fiscais	(147)	769
Aumento/(redução) em outras contas	(14)	112
Aumento/(redução) em Repasse para Custeio Prefeitura São José dos Campos	(715)	2.260
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(983)	3.130
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(60)	52
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(60)	52
(=) Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.018)	3.242
Caixa e equivalente de caixa no início do período	6.072	4.027
Caixa e equivalente de caixa no final do período	5.054	7.269
(=) Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.018)	3.242

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO – SÃO JOSÉ DESPORTIVO (Entidade) é instituído como Entidade Civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Tivoli, 128. Desenvolve suas atividades dirigidas ao fomento de atividades físicas e desportivas, bem como na formação e preparação de atletas e de equipes esportivas para participação em competições realizadas por Ligas Esportivas, Federações, Confederações e jogos promovidos pelas Secretarias dos Estados da Federação ou pelo Ministério dos Esportes. Representa o município de São José dos Campos ou qualquer outro que tenha interesse, sendo constituído com prazo de duração por tempo indeterminado.
 Tem por finalidade prestar apoio financeiro, mediante a administração autônoma e gestão própria dos respectivos recursos, objetivando o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas para o aperfeiçoamento como forma de educação, saúde, proteção e valorização do cidadão, bem como, pelo desporto de alto rendimento não profissional no Município de São José dos Campos ou qualquer outro, em conformidade com os objetivos constantes do Art.3º incisos I a XIX, Capítulo II – DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS constantes do Estatuto do Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto Não Profissional de São José dos Campos.
 Em 2015, o foi firmado com o Município de São José dos Campos, o Contrato de Gestão nº 2844/2015 para gerenciamento e execução de serviços de atividades físicas, esportivas e de lazer nos centros esportivos e academias ao ar livre do Município. Este Contrato de Gestão foi encerrado em 15/03/2018, finalizando com o 8º termo de aditivo, que tem por objeto a disciplina da questão relativa as verbas trabalhistas decorrentes da execução desse contrato.
 Em 14 de março de 2018 foi firmado com o Município de São José dos Campos, o Contrato de Gestão nº 162/2018 que tem como objetivo a administração, gerenciamento e operacionalização das atividades esportivas e de lazer desenvolvidas nas unidades que pertencem ao município, em vigor até 15 de março de 2023. Nesta mesma data foi celebrado o contrato de Gestão 258/2023 com vigência inicial de 24 meses, garantindo a continuidade das operações realizadas pela Entidade até 15 de março de 2025, podendo vir a ser prorrogado em caso de manifestação favorável da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da execução contratual.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 – Entidades sem finalidades de lucros e pelo Pronunciamento técnico

para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 05 de março de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, a Entidade revisa suas estimativas anualmente.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

As seguintes normas ou alterações, emitidas/revisadas pelo IASB, com adoção para exercícios iniciando em, ou após, 1º de janeiro de 2023 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras Empresa:

- IAS 1/CPC 26 – Divulgação de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas, a partir de 1º de janeiro de 2023;
- IAS 8/CPC 23 – Esclarecimento sobre mudanças de estimativas contábeis, mudança nas políticas contábeis e correção de erros, a partir de 1º de janeiro de 2023;
- IAS 12/CPC 32 – Necessidade de reconhecimento do imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, descomissionamento e restauração, a partir de 1º de janeiro de 2023; e
- IFRS 17/CPC 50 – Norma não aplicável à Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2023;

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

- IAS 1/CPC 26 – Classificação de passivos não circulantes, em que a empresa precisa ter o direito de evitar a liquidação por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2024;
- IFRS 16/CPC 06 – Trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Apuração do Superávit (Déficit)

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas decorrentes de serviços de gestão são apropriadas ao resultado em função dos gastos mensais incorridos, e confrontadas com as despesas que serão compensadas. Essas receitas originam-se, em sua maior parte, do Contrato de Gestão nº 258/2023 com a Prefeitura de São José dos Campos.

b) Ajuste a valor presente

Os saldos apresentados em direitos a receber e contas a pagar, apresentam prazo de realização em curto prazo não necessitando serem ajustados a valor presente.

c) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Caixa e equivalentes

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas. As depreciações dos bens relacionados a Entidade.

Anualmente é realizada análise dos indicativos de redução ao valor recuperável dos ativos e não identificamos quaisquer fatores internos ou externos que pudessem gerar dúvidas quanto ao valor recuperável dos ativos.

As vidas úteis estimadas e as taxas anuais de depreciação estão demonstradas a seguir:

	Anos	Taxa anual
Edificações	25	4%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Veículos	5	20%
Móveis e utensílios	10	10%
Equipamentos de informática	5	20%
Instalações	10	10%

f) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os únicos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão representados por caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores de serviços, os quais se aproximam do valor justo nessa data.

g) Obrigações trabalhistas

Correspondem às obrigações trabalhistas devidas aos funcionários da Entidade, e estão registradas pelo regime de competência, sendo provisionadas proporcionalmente ao período aquisitivo.

h) Recursos em consignação

São representados pelas subvenções recebidas e ainda não empenhadas nas atividades vinculadas a esses contratos. Seu reconhecimento e amortização segue as diretrizes previstas no normativo técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As pro-

visões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

k) Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

l) Tributos e contribuições

O São José Desportivo é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras - isenta, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Entidade sem fins lucrativos; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta, sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que para os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/97, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da Instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de demais prestações de serviços, bem como os rendimentos de aplicações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e Bancos conta movimento sem restrições	29	60
Caixa e Bancos conta movimento com restrições	977	38
Aplicações financeiras com restrições	4.019	5.974
Aplicações financeiras sem restrições	29	-
	5.054	6.072

O grupo da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa com e sem restrições", registrada nos valores de R\$ 5.054 (R\$ 6.072 em 2022), é composta, substancialmente, por recursos provenientes de:

- **Recursos próprios:** Composto de recebimentos de prestação de serviços, patrocínios e taxas de administração e doações.
- **Outros Recursos:** Composto de recebimentos por meio da Lei de Incentivos Fiscais - LIF e recursos de Projetos FADEU (2023) e Atleta Cidadão recebidos da Prefeitura de São José dos Campos, Projeto Federal São José Basketball e Projeto CBC - Comitê Brasileiro de Clubes.
- **Contrato de gestão PMSJC 258/2023:** Composto do saldo de recursos recebidos por meio da Prefeitura de São José dos Campos.

6. ADIANTAMENTOS

	2023	2022
Adiantamento de férias	61	212
Adiantamento Salários	1	2
Adiantamento a fornecedores	15	30
	77	244

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição dos saldos de imobilizado e intangível estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Saldo imobilizado	113	70
Saldo intangível	2	2
	115	72

Imobilizado

O imobilizado é composto por bens destinados a manutenção de suas atividades operacionais, demonstradas no quadro a seguir, por classe de ativos:

Descrição	Taxa média	2023			
		Custo	Depreciação acumulada	2023	2022
Móveis e utensílios	10%	11	(9)	2	3
Máquinas e equipamentos	10%	95	(18)	78	46
Equipamentos de informática	20%	75	(42)	33	21
		181	(69)	113	70

Descrição	Taxa média	2022			
		Custo	Depreciação acumulada	2022	2021
Móveis e utensílios	10%	11	(8)	3	4
Máquinas e equipamentos	10%	57	(11)	46	52
Equipamentos de informática	20%	54	(33)	21	10
		122	(52)	70	66

Em 31 de dezembro de 2023 a Entidade não identificou indícios de perdas do valor recuperável de seus ativos imobilizados (impairment).

Intangível

Descrição	Taxa média	2023			
		Custo	Amortização Acumulada	2023	2022
Softwares	20%	4	(2)	2	2
		4	(2)	2	2